



Tabela de

# Recursos Repetitivos

**Mérito julgado**

# STJ

Últimas atualizações:

**Tema 1318** – Acórdão publicado em 13/05/2025

**Tema 1259** – Trânsito em julgado em 13/05/2025

Atualizada em  
16/05/2025

Quantidade: 88

# SUMÁRIO

<b>TEMA 20</b>	<b>12</b>
PALAVRAS-CHAVE: Regime Aberto - Condição especial	12
<b>TEMA 157</b>	<b>13</b>
PALAVRAS-CHAVE: Descaminho – Aplicação – Princípio - Insignificância	13
<b>TEMA 175</b>	<b>14</b>
PALAVRAS-CHAVE: Embargos – Infringentes – Questões - Acessórias	14
<b>TEMA 177</b>	<b>15</b>
PALAVRAS-CHAVE: Lesão - Leve - Mulher - Natureza - Ação	15
<b>TEMA 190</b>	<b>16</b>
PALAVRAS-CHAVE: Pena - Aquém - Atenuantes - Impossibilidade	16
<b>TEMA 191</b>	<b>17</b>
PALAVRAS-CHAVE: Drogas - Combinação - Aplicação - Retroativa	17
<b>TEMA 194</b>	<b>18</b>
PALAVRAS-CHAVE: Embargos - Órgão - Colegiado - Decisão	18
<b>TEMA 221</b>	<b>19</b>
PALAVRAS-CHAVE: Corrupção - Menores - Crime - Formal	19

<b>TEMA 275</b>	<b>20</b>
PALAVRAS-CHAVE: Informação - Bancária - Autorização - Judicial	20
<b>TEMA 285</b>	<b>21</b>
PALAVRAS-CHAVE: Nulidade – Intimação – Advogado – N°OAB	21
<b>TEMA 286</b>	<b>22</b>
PALAVRAS-CHAVE: Nulidade - Intimação - Advogado - Homonímia	22
<b>TEMA 376</b>	<b>23</b>
PALAVRAS-CHAVE: Intimação – Agravado – Prejuízo – Necessidade	23
<b>TEMA 377</b>	<b>24</b>
PALAVRAS-CHAVE: Intimação - Agravado - Beneficia - Dispensa	24
<b>TEMA 379</b>	<b>25</b>
PALAVRAS-CHAVE: Prazo - Início - Juntada - Intimação	25
<b>TEMA 413</b>	<b>26</b>
PALAVRAS-CHAVE: AI - Recolhimento - Horário - Bancário	26
<b>TEMA 445</b>	<b>27</b>
PALAVRAS-CHAVE: Saída temporária - Competência - Presídio	27
<b>TEMA 446</b>	<b>29</b>
PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Conductor - Recusa - Legitimidade	29

<b>TEMA 447</b>	<b>30</b>
PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Veículo - Outras - Provas	30
<b>TEMA 561</b>	<b>31</b>
PALAVRAS-CHAVE: Furto - Privilegiado - Qualificadora - Objetiva	31
<b>TEMA 581</b>	<b>32</b>
PALAVRAS-CHAVE: Hediondez - Estupro - Atentado - Simples	32
<b>TEMA 585</b>	<b>33</b>
PALAVRAS-CHAVE: Compensação - Possibilidade - Confissão - Reincidência	33
<b>TEMA 593</b>	<b>35</b>
PALAVRAS-CHAVE: Mercancia - CD's - "Piratas" - Tipicidade	35
<b>TEMA 596</b>	<b>36</b>
PALAVRAS-CHAVE: Numeração - Adulterada - "Abolitio" - Temporária	36
<b>TEMA 600</b>	<b>37</b>
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Caráter - Hediondo	37
<b>TEMA 646</b>	<b>38</b>
PALAVRAS-CHAVE: Falsa identidade - Autodefesa - Tipicidade	38
<b>TEMA 652</b>	<b>39</b>
PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Necessidade - PAD	39

<b>TEMA 655</b>	<b>40</b>
PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Doloso - Trânsito	40
<b>TEMA 697</b>	<b>41</b>
PALAVRAS-CHAVE: Agravo de Instrumento - Tempestividade - Certidão - Intimação	41
<b>TEMA 698</b>	<b>42</b>
PALAVRAS-CHAVE: Embargos de declaração - Protelatórios - Multa - Prequestionamento - Art. 538 CPC	42
<b>TEMA 709</b>	<b>43</b>
PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Interrupção - Benefícios	43
<b>TEMA 901</b>	<b>44</b>
PALAVRAS-CHAVE: Artigo 310 - CTB - Perigo concreto ou abstrato	44
<b>TEMA 916</b>	<b>45</b>
PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Consumação - Tentativa - Posse pacífica	45
<b>TEMA 917</b>	<b>46</b>
PALAVRAS-CHAVE: Execução - Remição - Trabalho extramuros	46
<b>TEMA 918</b>	<b>47</b>
PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Tipicidade - Aquiescência	47
<b>TEMA 920</b>	<b>48</b>
PALAVRAS-CHAVE: Suspensão condicional - Revogação - Término - Descumprimento	48

<b>TEMA 924</b>	<b>49</b>
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Vigilância – Crime impossível	49
<b>TEMA 926</b>	<b>50</b>
PALAVRAS-CHAVE: Artigo 184, § 2º, CP – Materialidade – Amostragem – Características externas – Identificação titulares	50
<b>TEMA 930</b>	<b>51</b>
PALAVRAS-CHAVE: Acordo - Art. 89, § 2º, Lei 9.099/95 - Condições - Restritiva direitos	51
<b>TEMA 931</b>	<b>52</b>
PALAVRAS-CHAVE: Extinção - Punibilidade – Privativa - Liberdade - Multa	52
<b>TEMA 933</b>	<b>54</b>
PALAVRAS-CHAVE: Consunção – Falsificação de papéis públicos – Descaminho	54
<b>TEMA 934</b>	<b>55</b>
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Consumação – Tentativa – Posse pacífica	55
<b>TEMA 959</b>	<b>56</b>
PALAVRAS-CHAVE: MP - Início - Prazo - Recurso	56
<b>TEMA 983</b>	<b>57</b>
PALAVRAS-CHAVE: Reparação - Cível - Violência - Doméstica	57
<b>TEMA 984</b>	<b>58</b>
PALAVRAS-CHAVE: Honorários - Dativo - Processo - Penal	58

<b>TEMA 992</b>	<b>59</b>
PALAVRAS-CHAVE: ECA - Medida - Socioeducativa - Maioridade	59
<b>TEMA 993</b>	<b>60</b>
PALAVRAS-CHAVE: Prisão - Domiciliar - Concessão - Tema 423/STF	60
<b>TEMA 1006</b>	<b>61</b>
PALAVRAS-CHAVE: Unificação - Penas - Data-base - Benefícios	61
<b>TEMA 1052</b>	<b>62</b>
PALAVRAS-CHAVE: Qualificação - Menor - BO - Documento	62
<b>TEMA 1060</b>	<b>63</b>
PALAVRAS-CHAVE: Desobediência - Veículo - Fuga - Polícia	63
<b>TEMA 1077</b>	<b>64</b>
PALAVRAS-CHAVE: Condenações – Transitadas – Valoração – Antecedentes	64
<b>TEMA 1084</b>	<b>65</b>
PALAVRAS-CHAVE: Retroatividade - Lei 13.964/2019 - Progressão	65
<b>TEMA 1087</b>	<b>66</b>
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Noturno – Incidência – Simples - Qualificada	66
<b>TEMA 1098</b>	<b>67</b>
PALAVRAS-CHAVE: Acordo – Não persecução – Denúncia	67

<b>TEMA 1100</b>	<b>69</b>
PALAVRAS-CHAVE: Prescrição – Acórdão – Condenatório – Interrupção	69
<b>TEMA 1106</b>	<b>70</b>
PALAVRAS-CHAVE: Execução - Penas - Distintas - Cumprimento - Simultâneo	70
<b>TEMA 1110</b>	<b>71</b>
PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Arma - Branca - Majoração - Pena - Base	71
<b>TEMA 1114</b>	<b>72</b>
PALAVRAS-CHAVE: Precatória - Interrogatório - Artigo 400 do CPP - Momento - Diverso	72
<b>TEMA 1120</b>	<b>73</b>
PALAVRAS-CHAVE: Remição - Ficta - Extensão - Trabalho - Estudo - Covid 19	73
<b>TEMA 1121</b>	<b>74</b>
PALAVRAS-CHAVE: Desclassificação - Estupro - Importunação - Sexual - Possibilidade	74
<b>TEMA 1139</b>	<b>75</b>
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Inquiridos - Ações - Penais - Andamento	75
<b>TEMA 1143</b>	<b>76</b>
PALAVRAS-CHAVE: Princípio - Insignificância - Contrabando - Cigarros - Aplicabilidade	76
<b>TEMA 1144</b>	<b>77</b>
PALAVRAS-CHAVE: Furto - Repouso - Noturno - Configuração	77



<b>TEMA 1155</b>	<b>78</b>
PALAVRAS-CHAVE: Detração - Recolhimento - Noturno - Fiscalização - Cômputo	78
<b>TEMA 1161</b>	<b>79</b>
PALAVRAS-CHAVE: Livramento - Condicional - Falta - Grave - Comportamento - Limitação - Temporal	79
<b>TEMA 1165</b>	<b>80</b>
PALAVRAS-CHAVE: Progressão - Regime - Termo - Inicial	80
<b>TEMA 1167</b>	<b>82</b>
PALAVRAS-CHAVE: Violência - Doméstica - Audiência - Preliminar	82
<b>TEMA 1168</b>	<b>83</b>
PALAVRAS-CHAVE: ECA - Pornografia - Artigos 241-A e 241-B - Concurso - Material	83
<b>TEMA 1171</b>	<b>84</b>
PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Simulacro - Arma - Pena - Restritiva - Possibilidade	84
<b>TEMA 1172</b>	<b>85</b>
PALAVRAS-CHAVE: Pena - Majoração - Reincidência - Específica	85
<b>TEMA 1186</b>	<b>86</b>
PALAVRAS-CHAVE: Gênero - Feminino - Aplicabilidade - Lei 11.340/2006 - ECA	86
<b>TEMA 1189</b>	<b>87</b>
PALAVRAS-CHAVE: Vedação - Multa - Isolada - Artigo 17 da Lei 11.343/2006	87

<b>TEMA 1196</b>	<b>88</b>
PALAVRAS-CHAVE: Progressão - Hediondo - Morte - Reincidente - Lei 13.964/2019	88
<b>TEMA 1197</b>	<b>89</b>
PALAVRAS-CHAVE: Agravante - Abuso - Doméstica - Lei 11.340/06 - "Bis in idem"	89
<b>TEMA 1202</b>	<b>90</b>
PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Fração - Máxima - Artigo 71 do CP	90
<b>TEMA 1205</b>	<b>91</b>
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Restituição – Imediata – Integral – Insignificância	91
<b>TEMA 1206</b>	<b>92</b>
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Laudo - Toxicológico - Assinatura - Perito - Imprescindibilidade	92
<b>TEMA 1208</b>	<b>93</b>
PALAVRAS-CHAVE: Execução – Benefícios – Reincidência – Sentença	93
<b>TEMA 1214</b>	<b>94</b>
PALAVRAS-CHAVE: Penas-base - Redução - Circunstância - Recurso - Defesa	94
<b>TEMA 1215</b>	<b>95</b>
PALAVRAS-CHAVE: Crimes – Dignidade – Sexual – Bis in idem – Art. 61, II, f – Art. 226, II, CP	95
<b>TEMA 1218</b>	<b>96</b>
PALAVRAS-CHAVE: Princípio – Insignificância – Descaminho – Reiteração – Tributo	96

<b>TEMA 1219</b>	<b>97</b>
PALAVRAS-CHAVE: Princípio – Fungibilidade – RSE – Apelação – Possibilidade – Requisitos	97
<b>TEMA 1249</b>	<b>98</b>
PALAVRAS-CHAVE: Natureza – Medidas – Protetivas – Fixação – Prazo – Lei 11.340/2006	98
<b>TEMA 1255</b>	<b>100</b>
PALAVRAS-CHAVE: Falsa – Identidade – Crime – Formal – Resultado – Naturalístico	100
<b>TEMA 1259</b>	<b>101</b>
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico – Majorante – Arma – Consunção – Delito – Autônomo	101
<b>TEMA 1274</b>	<b>102</b>
PALAVRAS-CHAVE: Preso – Visitas – Regime – Aberto – Livramento – Condicional	102
<b>TEMA 1277</b>	<b>103</b>
PALAVRAS-CHAVE: Prisão – Cômputo – Concessão – Indulto – Decreto 9.246/2017	103
<b>TEMA 1303</b>	<b>104</b>
PALAVRAS-CHAVE: ANPP – Confissão – Inquérito – Policial – Ausência	104
<b>TEMA 1318</b>	<b>105</b>
PALAVRAS-CHAVE: Pena – Artigo 59 do CP – Culpabilidade – Premeditação – Valoração – Negativa	105

## TEMA 20

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1107314/PR, 1110823/PR e 1110824/PR		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Regime Aberto - Condição especial		
TESE FIRMADA					
É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1107314/PR	27/02/09	13/12/10	05/10/11	07/11/11	
1110823/PR	27/02/09	13/12/10	05/10/11	07/11/11	
1110824/PR	27/02/09	13/12/10	05/10/11	07/11/11	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 157

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1112748/TO, 1688878/SP e 1709029/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Descaminho – Aplicação – Princípio - Insignificância		
TESE FIRMADA				
Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.				
SITUAÇÃO				
Revisado/Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1112748/TO	22/05/2009	09/09/2009	13/10/2009	18/11/2009
1688878/SP	01/12/2017	28/02/2018	04/04/2018	23/04/2018
1709029/MG	01/12/2017	28/02/2018	04/04/2018	17/05/2018
OBSERVAÇÕES				
<b>Revisão de Tema</b> – 01/12/2017 (1688878/SP e 1709029/MG)				
<u>Entendimento Anterior</u> (REsp 1.112.748/TO) "DESCAMINHO. Incide o princípio da insignificância aos débitos tributários que não ultrapassem o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei nº 10.522/02".				

## TEMA 175

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1113175/DF		Corte Especial	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: Embargos – Infringentes – Questões - Acessórias		
TESE FIRMADA					
Seja porque o art. 530 do CPC não faz restrição quanto à natureza da matéria objeto dos embargos infringentes - apenas exige que a sentença de mérito tenha sido reformada em grau de apelação por maioria de votos -, seja porque o capítulo da sentença que trata dos honorários é de mérito, embora acessório e dependente, devem ser admitidos os embargos infringentes para discutir verba de sucumbência.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1113175/DF	08/06/2009	24/05/2012	07/08/2012	13/09/2012	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 177

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1097042/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Lesão - Leve - Mulher - Natureza - Ação		
TESE FIRMADA				
A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública incondicionada.				
SITUAÇÃO				
Revisado/Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1097042/DF	09/06/2009	24/02/2010	21/05/2010	07/04/2011
11805/DF	16/11/2016	10/05/2017	17/05/2017	06/06/2017
OBSERVAÇÕES				
<p><b>Anotações NUGEPNAC:</b> O STF NA ADI/4424 – por maioria de votos, julgou procedente a ação direta para, dando interpretação conforme aos artigos 12, inciso I, e 16, ambos da Lei nº 11.340/2006, assentar a natureza incondicionada da ação penal em caso de crime de lesão, pouco importando a extensão desta, praticado contra a mulher no ambiente doméstico.</p> <p><b>Revisão de Tema:</b> 16/11/2016 (Petição 11805/DF) Afetação da Questão de Ordem como Petição 11805/DF para revisão da tese firmada no REsp 1.097.042/DF.</p> <p><u>Entendimento Anterior</u> (REsp 1.097.042/DF) "A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública condicionada à representação da vítima."</p> <p><b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 713/STF</a>.</p>				

## TEMA 190

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1117068/PR e 1117073/PR		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Pena - Aquém - Atenuantes - Impossibilidade		
TESE FIRMADA					
O critério trifásico de individualização da pena, trazido pelo art. 68 do Código Penal, não permite ao Magistrado extrapolar os marcos mínimo e máximo abstratamente cominados para a aplicação da sanção penal.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1117068/PR	29/06/2009	26/10/2011	08/06/2012	10/08/2012	
1117073/PR	03/08/2009	26/10/2011	29/06/2012	31/08/2012	
OBSERVAÇÕES					
<b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 158/STF</a>					



## TEMA 191

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1117068/PR		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Drogas - Combinação - Aplicação - Retroativa		
TESE FIRMADA					
É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da utilização da Lei nº 6.368/76, sendo vedada a combinação das leis.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1117068/PR	29/06/2009	26/10/2011	08/06/2012	10/08/2012	
OBSERVAÇÕES					
<b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 169/STF</a>					

## TEMA 194

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1049974/SP		Corte Especial	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: Embargos - Órgão - Colegiado - Decisão		
TESE FIRMADA					
Opostos embargos declaratórios de decisão colegiada, o relator poderá negar seguimento monocraticamente, com base no caput do artigo 557 do CPC.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1049974/SP	04/08/2009	02/06/2010	03/08/2010	22/09/2010	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 221

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1112326/DF e 1127954/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Corrupção - Menores - Crime - Formal		
TESE FIRMADA				
A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1112326/DF	15/09/2009	14/12/2011	08/02/2012	12/03/2012
1127954/DF	15/09/2009	14/12/2011	01/02/2012	07/03/2012
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 275

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1134665/SP	Primeira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO TRIBUTÁRIO		PALAVRAS-CHAVE: Informação - Bancária - Autorização - Judicial		
TESE FIRMADA				
As leis tributárias procedimentais ou formais, conducentes à constituição do crédito tributário não alcançado pela decadência, são aplicáveis a fatos pretéritos, razão pela qual a Lei 8.021/90 e a Lei Complementar 105/2001, por envergarem essa natureza, legitimam a atuação fiscalizatória/investigativa da Administração Tributária, ainda que os fatos imponíveis a serem apurados lhes sejam anteriores.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1134665/SP	15/10/2009	25/11/2009	18/12/2009	08/06/2010
OBSERVAÇÕES				
<b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 225/STF</a>				

## TEMA 285

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1131805/SC		Corte Especial	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: Nulidade – Intimação – Advogado – N°OAB		
TESE FIRMADA					
A ausência ou o equívoco quanto ao número da inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB não gera nulidade da intimação da sentença, máxime quando corretamente publicados os nomes das partes e respectivos patronos, informações suficientes para a identificação da demanda.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1131805/SC	09/10/2009	03/03/2010	08/04/2010	17/12/2010	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 286

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1131805/SC	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Nulidade - Intimação - Advogado - Homonímia		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
A ausência ou o equívoco quanto ao número da inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB não gera nulidade da intimação da sentença, máxime quando corretamente publicados os nomes das partes e respectivos patronos, informações suficientes para a identificação da demanda. Nada obstante, é certo que a existência de homonímia torna relevante o equívoco quanto ao número da inscrição na OAB, uma vez que a parte é induzida em erro, sofrendo prejuízo imputável aos serviços judiciários.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1131805/SC	09/10/2009	03/03/2010	08/04/2010	17/12/2010
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 376

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1148296/SP	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Intimação – Agravado – Prejuízo – Necessidade		
TESE FIRMADA				
A intimação da parte agravada para resposta é procedimento natural de preservação do princípio do contraditório, nos termos do art. 527, V, do CPC. (...) A dispensa do referido ato processual ocorre tão-somente quando o relator nega seguimento ao agravo (art. 527, I), uma vez que essa decisão beneficia o agravado, razão pela qual conclui-se que a intimação para a apresentação de contrarrazões é condição de validade da decisão que causa prejuízo ao recorrente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1148296/SP	11/03/2010	01/09/2010	28/10/2010	28/09/2010
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 377

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1148296/SP	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Intimação - Agravado - Beneficia - Dispensa		
TESE FIRMADA				
A intimação da parte agravada para resposta é procedimento natural de preservação do princípio do contraditório, nos termos do art. 527, V, do CPC. (...) A dispensa do referido ato processual ocorre tão-somente quando o relator nega seguimento ao agravo (art. 527, I), uma vez que essa decisão beneficia o agravado, razão pela qual conclui-se que a intimação para a apresentação de contrarrazões é condição de validade da decisão que causa prejuízo ao recorrente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1148296/SP	11/03/2010	01/09/2010	28/09/2010	28/10/2010
OBSERVAÇÕES				



## TEMA 379

<b>RECURSO</b>		<b>NÚMERO</b>	<b>ÓRGÃO JULGADOR</b>			
Recurso Especial		1632777/SP e 1632497/SP	Corte Especial			
<b>RAMO DO DIREITO</b>		<b>PALAVRAS-CHAVE</b>				
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Prazo - Início - Juntada - Intimação				
<b>TESE FIRMADA</b>						
Nos casos de intimação/citação realizadas por Correio, Oficial de Justiça, ou por Carta de Ordem, Precatória ou Rogatória, o prazo recursal inicia-se com a juntada aos autos do aviso de recebimento, do mandado cumprido, ou da juntada da carta.						
<b>SITUAÇÃO</b>						
Trânsito em Julgado						
<b>ANDAMENTO</b>						
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO		
1632777/SP	20/10/2016	17/05/2017	20/06/2017	26/05/2017		
1632497/SP	20/10/2016	17/05/2017	20/06/2017	26/05/2017		
<b>OBSERVAÇÕES</b>						

## TEMA 413

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1122064/DF		Corte Especial	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: AI - Recolhimento - Horário - Bancário		
TESE FIRMADA					
Admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente, quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1122064/DF	13/05/2010	01/09/2010	30/09/2010	28/10/2010	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 445

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1176264/RJ, 1166251/RJ e 1544036/RJ	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Saída temporária - Competência - Presídio

### TESE FIRMADA

**Primeira tese:** É recomendável que cada autorização de saída temporária do preso seja precedida de decisão judicial motivada. Entretanto, se a apreciação individual do pedido estiver, por deficiência exclusiva do aparato estatal, a interferir no direito subjetivo do apenado e no escopo ressocializador da pena, deve ser reconhecida, excepcionalmente, a possibilidade de fixação de calendário anual de saídas temporárias por ato judicial único, observadas as hipóteses de revogação automática do art. 125 da LEP.

**Segunda tese:** O calendário prévio das saídas temporárias deverá ser fixado, obrigatoriamente, pelo Juízo das Execuções, não se lhe permitindo delegar à autoridade prisional a escolha das datas específicas nas quais o apenado irá usufruir os benefícios. Inteligência da Súmula n. 520 do STJ.

**Terceira tese:** Respeitado o limite anual de 35 dias, estabelecido pelo art. 124 da LEP, é cabível a concessão de maior número de autorizações de curta duração.

**Quarta tese:** As autorizações de saída temporária para visita à família e para participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social, se limitadas a cinco vezes durante o ano, deverão observar o prazo mínimo de 45 dias de intervalo entre uma e outra. Na hipótese de maior número de saídas temporárias de curta duração, já intercaladas durante os doze meses do ano e muitas vezes sem pernoite, não se exige o intervalo previsto no art. 124, § 3º, da LEP.

### SITUAÇÃO

Revisado/Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1176264/RJ	08/11/2010	14/03/2012	03/09/2012	05/10/2012
1166251/RJ	05/11/2010	14/03/2012	04/09/2012	10/10/2012

1544036/RJ	03/05/2016	14/09/2016	19/09/2016	24/10/2016
<b>OBSERVAÇÕES</b>				
<p data-bbox="76 213 824 248">- <b>Revisão de Tema:</b> 14/09/2016 (REsp 1.544.036/RJ)</p> <p data-bbox="76 256 2163 421">O Min. Relator, Rogério Schietti, proferiu decisão, reconsiderando parcialmente a decisão de afetação do REsp 1.544.036 para que "seja suspenso, tão somente, o processamento dos recursos que versem sobre a possibilidade de concessão de saídas temporárias automatizadas, nos termos do art. 1.037, II, do CPC, sem nenhuma paralisação em primeiro grau de jurisdição, pois deve ser mantida a regularidade na análise dos benefícios requeridos pelos apenados junto às Varas de Execuções Penais" (decisão publicada no DJe 15/8/2016).</p> <p data-bbox="76 472 694 507"><u>Entendimento Anterior</u> (REsp 1.176.264/RJ)</p> <p data-bbox="76 515 2163 632">"A autorização das saídas temporárias é ato jurisdicional da competência do Juízo das Execuções Penais. Não é possível delegar ao administrador do presídio a fiscalização sobre diversas saídas temporárias, por se tratar de atribuição exclusiva do magistrado das execuções penais, sujeita à ação fiscalizadora do Ministério Público."</p>				

## TEMA 446

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1111566/DF		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Condutor - Recusa - Legitimidade		
TESE FIRMADA					
O indivíduo não pode ser compelido a colaborar com os referidos testes do 'bafômetro' ou do exame de sangue, em respeito ao princípio segundo o qual ninguém é obrigado a se autoincriminar (nemo tenetur se detegere).					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1111566/DF	17/11/2010	28/03/2012	04/09/2012	20/02/2015	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 447

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1111566/DF		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Veículo - Outras - Provas		
TESE FIRMADA					
<p>O tipo penal do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro é formado, entre outros, por um elemento objetivo, de natureza exata, que não permite a aplicação de critérios subjetivos de interpretação, qual seja, o índice de 6 decigramas de álcool por litro de sangue. O grau de embriaguez é elementar objetiva do tipo, não configurando a conduta típica o exercício da atividade em qualquer outra concentração inferior àquela determinada pela lei, emanada do Congresso Nacional. O decreto regulamentador, podendo elencar quaisquer meios de prova que considerasse hábeis à tipicidade da conduta, tratou especificamente de 2 (dois) exames por métodos técnicos e científicos que poderiam ser realizados em aparelhos homologados pelo CONTRAN, quais sejam, o exame de sangue e o etilômetro.</p>					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1111566/DF	17/11/2010	28/03/2012	04/09/2012	20/02/2015	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 561

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1193194/MG, 1193932/MG, 1193558/MG, 1193554/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto - Privilegiado - Qualificadora - Objetiva		
TESE FIRMADA				
Afigura-se absolutamente 'possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º)', máxime se presente qualificadora de ordem objetiva, a primariedade do réu e, também, o pequeno valor da <i>res furtiva</i> .				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1193194/MG	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
1193932/MG	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
1193558/MG,	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
1193554/MG	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 581

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1110520/SP		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Hediondez - Estupro - Atentado - Simples		
TESE FIRMADA					
Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor praticados antes da edição da Lei nº 12.015/2009, ainda que em sua forma simples, configuram modalidades de crime hediondo.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1110520/SP	20/09/2012	26/09/2012	04/12/2012	18/02/2013	
OBSERVAÇÕES					



## TEMA 585

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1341370/MT, 1947845/SP e 1931145/SP	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Compensação - Possibilidade - Confissão - Reincidência

### TESE FIRMADA

É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.

### SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1341370/MT	29/10/2012	10/04/2013	17/04/2013	20/05/2013
1947845/SP	15/10/2021	22/06/2022	24/06/2022	01/09/2022
1931145/SP	15/10/2021	22/06/2022	24/06/2022	06/10/2022

### OBSERVAÇÕES

**Revisão de Tema:** 15/10/2021 (REsp's. 1.931.145/SP e 1.947.845/SP)

Entendimento Anterior (1341370/MT)

É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

Obs. essa tese foi alterada no julgamento dos REsp's. 1.931.145/SP e 1.947.845/SP, conforme informações constantes do campo denominado "tese firmada"(acima).

**Tema relacionado no STF:**

[Tema 929/STF](#)

## TEMA 593

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1193196/MG		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Mercancia - CD's - "Piratas" - Tipicidade		
TESE FIRMADA					
Considera-se "típica, formal e materialmente, a conduta prevista no artigo 184, § 2º, do Código Penal, afastando, assim, a aplicação do princípio da adequação social, de quem expõe à venda CD's E DVD's 'piratas'".					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1193196/MG	11/09/2012	26/09/2012	04/12/2012	05/02/2013	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 596

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1311408/RN	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Numeração - Adulterada - "Abolitio" - Temporária

### TESE FIRMADA

É típica a conduta de possuir arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticada após 23/10/2005, pois, em relação a esse delito, a abolitio criminis temporária cessou nessa data, termo final da prorrogação dos prazos previstos na redação original dos arts. 30 e 32 da Lei n. 10.826/2003.

### SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1311408/RN	14/11/2012	13/03/2013	20/05/2013	07/06/2013

### OBSERVAÇÕES

**Tema relacionado no STF:**

[Tema 650/STF](#)

## TEMA 600

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1329088/RS	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Caráter - Hediondo

### TESE FIRMADA

O tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006) não é crime equiparado a hediondo.

### SITUAÇÃO

Revisado/Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1329088/RS	14/11/2012	13/03/2013	26/04/2013	29/05/2013
Pet 11796/DF	26/10/2016	23/11/2016	29/11/2016	16/12/2016

### OBSERVAÇÕES

**Revisão de Tema:** 26/10/2016 (Pet 11796/DF)

Entendimento Anterior (REsp 1329088/RS)

"A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas, uma vez que a sua incidência não decorre do reconhecimento de uma menor gravidade da conduta praticada e tampouco da existência de uma figura privilegiada do crime".

## TEMA 646

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1362524/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Falsa identidade - Autodefesa - Tipicidade		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
É típica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, ainda que em situação de alegada autodefesa (art. 307 do CP).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1362524/MG	30/04/2013	23/10/2013	02/05/2014	04/06/2014
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: <a href="#">Tema 478/STF</a>				

## TEMA 652

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1378557/RS		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Necessidade - PAD		
TESE FIRMADA					
Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1378557/RS	21/05/2013	23/10/2013	21/03/2014	02/03/2018	
OBSERVAÇÕES					
<b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 941/STF</a>					

## TEMA 655

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1336561/RS		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Doloso - Trânsito		
TESE FIRMADA					
O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1336561/RS	09/10/2012	25/09/2013	01/04/2014	02/05/2014	
OBSERVAÇÕES					
<b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 758/STF</a>					



## TEMA 697

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1409357/SC	Segunda Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Agravo de Instrumento - Tempestividade - Certidão - Intimação		
TESE FIRMADA				
A ausência da cópia da certidão de intimação da decisão agravada não é óbice ao conhecimento do Agravo de Instrumento quando, por outros meios inequívocos, for possível aferir a tempestividade do recurso, em atendimento ao princípio da instrumentalidade das formas.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1409357/SC	02/10/2013	14/05/2014	22/05/2014	01/07/2014
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 698

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1410839/SC		Segunda Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: Embargos de declaração - Protelatórios - Multa - Prequestionamento - Art. 538 CPC		
TESE FIRMADA					
Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração que visam rediscutir matéria já apreciada e decidida pela Corte de origem em conformidade com súmula do STJ ou STF ou, ainda, precedente julgado pelo rito dos artigos 543-C e 543-B, do CPC.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1410839/SC	02/10/2013	14/05/2014	22/05/2014	27/06/2014	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 709

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1364192/RS	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Interrupção - Benefícios

### TESE FIRMADA

1. A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo.
2. Em se tratando de livramento condicional, não ocorre a interrupção do prazo pela prática de falta grave. Aplicação da Súmula 441/STJ.
3. Também não é interrompido automaticamente o prazo pela falta grave no que diz respeito à comutação de pena ou indulto, mas a sua concessão deverá observar o cumprimento dos requisitos previstos no decreto presidencial pelo qual foram instituídos.

### SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1364192/RS	21/11/2013	12/02/2014	17/09/2014	21/10/2014

### OBSERVAÇÕES

Tema relacionado no STF:

[Tema 477/STF](#)

## TEMA 901

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1485830/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Artigo 310 - CTB - Perigo concreto ou abstrato		
TESE FIRMADA				
É de perigo abstrato o crime previsto no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro. Assim, não é exigível, para o aperfeiçoamento do crime, a ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na conduta de quem permite, confia ou entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1485830/MG	03/11/2014	11/03/2015	29/05/2015	26/06/2015
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 916

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1499050/RJ		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Consumação - Tentativa - Posse pacífica		
TESE FIRMADA					
Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1499050/RJ	09/02/2015	14/10/2015	09/11/2015	03/02/2016	
OBSERVAÇÕES					
Vide <a href="#">Tema 934/STJ</a> .					

## TEMA 917

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1381315/RJ		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Execução - Remição - Trabalho extramuros		
TESE FIRMADA					
É possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa extramuros.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1381315/RJ	10/02/2015	13/05/2015	19/05/2015	25/06/2015	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 918

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1480881/PI	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Tipicidade - Aquiescência		
TESE FIRMADA				
Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1480881/PI	10/02/2015	26/08/2015	10/09/2015	17/12/2015
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 920

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1498034/RS	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Suspensão condicional - Revogação - Término - Descumprimento

### TESE FIRMADA

Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

### SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1498034/RS	28/05/2015	25/11/2015	02/12/2015	15/02/2016

### OBSERVAÇÕES

#### Anotações NUGEPNAC

REsp 1.498.034/RS: a questão disposta na letra "b" da decisão de afetação é objeto do [Tema 930/STJ](#).



## TEMA 924

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1385621/MG		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Furto – Vigilância – Crime impossível		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO					
A existência de sistema de segurança ou de vigilância eletrônica não torna impossível, por si só, o crime de furto cometido no interior de estabelecimento comercial.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1385621/MG	24/04/2015	27/05/2015	04/08/2015	02/06/2015	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 926

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1456239/MG e 1485832/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Artigo 184, § 2º, CP – Materialidade – Amostragem – Características externas – Identificação titulares		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
É suficiente, para a comprovação da materialidade do delito previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal, a perícia realizada, por amostragem, sobre os aspectos externos do material apreendido, sendo desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1456239/MG	11/05/2015	12/08/2015	21/08/2015	23/09/2015
1485832/MG	11/05/2015	12/08/2015	21/08/2015	23/09/2015
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 930

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1498034/RS	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Acordo - Art. 89, § 2º, Lei 9.099/95 - Condições - Restritiva direitos

### TESE FIRMADA

Não há óbice a que se estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do sursis processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.

### SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1498034/RS	28/05/2015	25/11/2015	02/12/2015	15/02/2016

### OBSERVAÇÕES

#### Anotações NUGEPNAC

REsp 1.498.034/RS: a questão disposta na letra "a" da decisão de afetação é objeto do [Tema 920/STJ](#).

## TEMA 931

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1519777/SP, 1785383/SP, 1785861/SP, 2024901/SP e 2090454/SP	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Extinção - Punibilidade – Privativa - Liberdade - Multa

### TESE FIRMADA – 2ª REVISÃO DE TEMA

O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária.

### SITUAÇÃO

Recursos Especiais – Revisão de tema – Acórdãos publicados

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1519777/SP	28/05/2015	26/08/2015	10/09/2015	16/08/2016
1785383/SP	21/09/2021	24/11/2021	30/11/2021	26/06/2024
1785861/SP	21/09/2021	24/11/2021	30/11/2021	03/10/2024
2024901/SP	30/10/2023	28/02/2024	01/03/2024	-
2090454/SP	30/10/2023	28/02/2024	01/03/2024	-

### OBSERVAÇÕES

**Proclamação final de julgamento de Revisão de Tema:** 28/02/2024 (2024901/SP e 2090454/SP): A Terceira Seção, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial para restabelecer a decisão de primeiro grau e fixou a seguinte tese no Tema Repetitivo n. 931: "O inadimplemento

da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária".

## TEMA 933

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1378053/TRF4		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Consunção – Falsificação de papéis públicos – Descaminho		
TESE FIRMADA					
Quando o falso se exaure no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim, condição que não se altera por ser menor a pena a este cominada.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1378053/TRF4	24/06/2015	10/08/2016	15/08/2016	15/09/2016	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 934

RECURSO		NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial		1524450/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto – Consumação – Tentativa – Posse pacífica			
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO					
Consuma-se o crime de furto com a posse de fato da res furtiva, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1524450/RJ	24/06/2015	14/10/2015	29/10/2015	03/12/2015	
OBSERVAÇÕES					
Vide <a href="#">Tema 916/STJ</a> .					

## TEMA 959

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1349935/SE	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: MP - Início - Prazo - Recurso

### TESE FIRMADA

O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado.

### SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1349935/SE	16/09/2016	23/08/2017	26/10/2017	14/09/2017

### OBSERVAÇÕES

#### - Anotações NUGEPNAC

Em virtude de questionamentos relacionados à aplicabilidade da tese firmada no Tema 959/STJ à Defensoria Pública, informamos, com base em orientação do Gabinete do Ministro Relator, que da análise conjunta do acórdão proferido no Tema 959/STJ (DJe de 14/9/2017) e do acórdão proferido no HC 296.759 (DJe de 21/9/2017), conclui-se que a tese "O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado" aplica-se aos membros da Defensoria Pública.



## TEMA 983

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1643051/MS e 1675874/MS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Reparação - Cível - Violência - Doméstica		
TESE FIRMADA				
Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1643051/MS	04/10/2017	28/02/2018	08/03/2018	19/04/2018
1675874/MS	24/10/2017	28/02/2018	08/03/2018	19/04/2018
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 984

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1656322/SC e 1665033/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Honorários - Dativo - Processo - Penal		
TESE FIRMADA				
<p><b>1ª)</b> As tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado;</p> <p><b>2ª)</b> Nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, poderá, motivadamente, arbitrar outro valor;</p> <p><b>3ª)</b> São, porém, vinculativas, quanto aos valores estabelecidos para os atos praticados por defensor dativo, as tabelas produzidas mediante acordo entre o Poder Público, a Defensoria Pública e a seccional da OAB.</p> <p><b>4ª)</b> Dado o disposto no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição da República, possui caráter vinculante a Tabela de Honorários da Justiça Federal, assim como tabelas similares instituídas, eventualmente, pelos órgãos competentes das Justiças dos Estados e do Distrito Federal, na forma dos arts 96, I, e 125, § 1º, parte final, da Constituição da República.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1656322/SC	22/11/2017	23/10/2019	04/11/2019	16/10/2020
1665033/SC	22/11/2017	23/10/2019	04/11/2019	16/10/2020
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 992

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1705149/RJ e 1717022/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: ECA - Medida - Socioeducativa - Maioridade		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
A superveniência da maioria penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1705149/RJ	26/03/2018	13/06/2018	13/08/2018	13/09/2018
1717022/RJ	26/03/2018	13/06/2018	13/08/2018	25/09/2018
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 993

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1710674/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Prisão - Domiciliar - Concessão - Tema 423/STF		
TESE FIRMADA				
<p>A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir;</li><li>(ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e</li><li>(iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.</li></ul>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1710674/MG	23/04/2018	22/08/2018	03/09/2018	16/10/2018
OBSERVAÇÕES				
<p><b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 423/STF</a></p>				

## TEMA 1006

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1753509/PR e 1753512/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Unificação - Penas - Data-base - Benefícios		
TESE FIRMADA				
A unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1753509/PR	18/12/2018	18/12/2018	11/03/2019	08/04/2019
1753512/PR	18/12/2018	18/12/2018	11/03/2019	08/04/2019
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1052

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1619265/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Qualificação - Menor - BO - Documento		
TESE FIRMADA				
Para ensejar a aplicação de causa de aumento de pena prevista no art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006 ou a condenação pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, a qualificação do menor, constante do boletim de ocorrência, deve trazer dados indicativos de consulta a documento hábil - como o número do documento de identidade, do CPF ou de outro registro formal, tal como a certidão de nascimento.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1619265/MG	07/04/2020	07/04/2020	18/05/2020	03/06/2020
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1060

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1859933/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Desobediência - Veículo - Fuga - Polícia		
TESE FIRMADA				
A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para a prevenção e repressão de crimes, constitui conduta penalmente típica, prevista no art. 330 do Código Penal Brasileiro.				
SITUAÇÃO				
Mérito Julgado - RE Pendente				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1859933/SC	04/09/2020	09/03/2022	01/04/2022	-
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1077

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1794854/DF		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Condenações – Transitadas – Valoração – Antecedentes		
TESE FIRMADA					
Condenações criminais transitadas em julgado, não consideradas para caracterizar a reincidência, somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização para desabonar a personalidade ou a conduta social do agente.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1794854/DF	18/12/2020	23/06/2021	01/07/2021	18/08/2021	
OBSERVAÇÕES					



## TEMA 1084

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1910240/MG e 1918338/MT	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Retroatividade - Lei 13.964/2019 - Progressão		
TESE FIRMADA				
É reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei n. 13.964/2019, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1910240/MG	23/03/2021	26/05/2021	31/05/2021	18/04/2023
1918338/MT	23/03/2021	26/05/2021	31/05/2021	19/02/2024
OBSERVAÇÕES				
<b>Tema relacionado no STF:</b> <a href="#">Tema 1169/STF</a>				

## TEMA 1087

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1888756/SP, 1890981/SP e 1891007/RJ		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Furto – Noturno – Incidência – Simples - Qualificada		
TESE FIRMADA					
A causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (prática do crime de furto no período noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (§ 4º).					
SITUAÇÃO					
Acórdão Publicado/Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1888756/SP	19/04/2021	25/05/2022	27/06/2022	-	
1890981/SP	19/04/2021	25/05/2022	27/06/2022	-	
1891007/RJ	19/04/2021	25/05/2022	27/06/2022	01/09/2022	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 1098

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1890344/RS e 1890343/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Acordo – Não persecução – Denúncia		
TESE FIRMADA				
<p>1 - O Acordo de Não Persecução Penal constitui um negócio jurídico processual penal instituído por norma que possui natureza processual, no que diz respeito à possibilidade de composição entre as partes com o fim de evitar a instauração da ação penal, e, de outro lado, natureza material em razão da previsão de extinção da punibilidade de quem cumpre os deveres estabelecidos no acordo (art. 28-A, § 13, do Código de Processo Penal - CPP). 2 - Diante da natureza híbrida da norma, a ela deve se aplicar o princípio da retroatividade da norma penal benéfica (art. 5º, XL, da CF), pelo que é cabível a celebração de Acordo de Não Persecução Penal em casos de processos em andamento quando da entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento, desde que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado da condenação. 3 - Nos processos penais em andamento em 18/09/2024 (data do julgamento do HC n. 185.913/DF pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal), nos quais seria cabível em tese o ANPP, mas ele não chegou a ser oferecido pelo Ministério Público ou não houve justificativa idônea para o seu não oferecimento, o Ministério Público, agindo de ofício, a pedido da defesa ou mediante provocação do magistrado da causa, deverá, na primeira oportunidade em que falar nos autos, manifestar-se motivadamente acerca do cabimento ou não do acordo no caso concreto. 4 - Nas investigações ou ações penais iniciadas a partir de 18/09/2024, será admissível a celebração de ANPP antes do recebimento da denúncia, ressalvada a possibilidade de propositura do acordo, no curso da ação penal, se for o caso".</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1890344/RS	15/06/2021	23/10/2024	28/10/2024	10/12/2024
1890343/SC	15/06/2021	23/10/2024	28/10/2024	25/11/2024

## OBSERVAÇÕES

## TEMA 1100

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1920091/RJ e 1930130/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Prescrição – Acórdão – Condenatório – Interrupção		
TESE FIRMADA				
O acórdão condenatório de que trata o inciso IV do art. 117 do Código Penal interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório de sentença condenatória, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1920091/RJ	01/07/2021	10/08/2022	22/08/2022	04/10/2022
1930130/MG	01/07/2021	10/08/2022	21/09/2022	04/11/2022
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1106

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1925861/SP e 1918287/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Execução - Penas - Distintas - Cumprimento - Simultâneo		
TESE FIRMADA				
Sobrevindo condenação por pena privativa de liberdade no curso da execução de pena restritiva de direitos, as penas serão objeto de unificação, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade, ressalvada a possibilidade de cumprimento simultâneo aos apenados em regime aberto e vedada a unificação automática nos casos em que a condenação substituída por pena alternativa é superveniente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1925861/SP	20/09/2021	27/04/2022	28/06/2022	17/08/2022
1918287/MG	20/09/2021	27/04/2022	28/06/2022	02/04/2024
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1110

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1921190/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Arma - Branca - Majoração - Pena - Base		
TESE FIRMADA				
<p>1. Em razão da <i>novatio legis in mellius</i> engendrada pela Lei n. 13.654/2018, o emprego de arma branca, embora não configure mais causa de aumento do crime de roubo, poderá ser utilizado como fundamento para a majoração da pena-base, quando as circunstâncias do caso concreto assim justificarem.</p> <p>2. O julgador deve fundamentar o novo apenamento ou justificar a não realização do incremento na basilar, nos termos do que dispõe o art. 387, II e III, do CPP.</p> <p>3. Não cabe a esta Corte Superior a transposição valorativa da circunstância para a primeira fase da dosimetria ou mesmo compelir que o Tribunal de origem assim o faça, em razão da discricionariedade do julgador ao aplicar a <i>novatio legis in mellius</i>.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1921190/MG	03/11/2021	25/05/2022	27/05/2022	06/10/2022
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1114

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1933759/PR e 1946472/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Precatória - Interrogatório - Artigo 400 do CPP - Momento - Diverso		
TESE FIRMADA				
O interrogatório do réu é o último ato da instrução criminal. A inversão da ordem prevista no art. 400 do CPP tangencia somente à oitiva das testemunhas e não ao interrogatório. O eventual reconhecimento da nulidade se sujeita à preclusão, na forma do art. 571, I e II, do CPP, e à demonstração do prejuízo para o réu.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1933759/PR	16/11/2021	13/09/2023	25/09/2023	07/11/2023
1946472/PR	16/11/2021	13/09/2023	25/09/2023	07/11/2023
OBSERVAÇÕES				



## TEMA 1120

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1953607/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Remição - Ficta - Extensão - Trabalho - Estudo - Covid 19		
TESE FIRMADA				
Nada obstante a interpretação restritiva que deve ser conferida ao art. 126, §4º, da LEP, os princípios da individualização da pena, da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da fraternidade, ao lado da teoria da derrotabilidade da norma e da situação excepcionalíssima da pandemia de covid-19, impõem o cômputo do período de restrições sanitárias como de efetivo estudo ou trabalho em favor dos presos que já estavam trabalhando ou estudando e se viram impossibilitados de continuar seus afazeres unicamente em razão do estado pandêmico.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1953607/SC	06/12/2021	14/09/2022	20/09/2022	04/11/2022
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1121

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1959697/SC, 1957637/MG, 1958862/MG e 1954997/SC		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Desclassificação - Estupro - Importunação - Sexual - Possibilidade		
TESE FIRMADA					
Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP).					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1958862/MG	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	17/08/2022	
1957637/MG	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	01/09/2022	
1954997/SC	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	01/09/2022	
1959697/SC	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	23/09/2022	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 1139

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1977027/PR e 1977180/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Inquéritos - Ações - Penais - Andamento		
TESE FIRMADA				
É vedada a utilização de inquéritos e/ou ações penais em curso para impedir a aplicação do art. 33, § 4.º, da Lei n. 11.343/06.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1977027/PR	08/04/2022	10/08/2022	18/08/2022	29/09/2022
1977180/PR	08/04/2022	10/08/2022	18/08/2022	29/09/2022
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1143

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1971993/SP e 1977652/SP	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Princípio - Insignificância - Contrabando - Cigarros - Aplicabilidade

### TESE FIRMADA

O princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão ao contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação. **(Modulação dos efeitos da tese – vide abaixo).**

### SITUAÇÃO

Trânsito em julgado

### ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1971993/SP	29/04/2022	13/09/2023	19/09/2023	03/11/2023
1977652/SP	29/04/2022	13/09/2023	19/09/2023	17/10/2023

### MODULAÇÃO DE EFEITOS

A tese deve ser aplicada apenas aos feitos ainda em curso na data em que encerrado o presente julgamento, sendo inaplicáveis aos processos transitados em julgado, notadamente considerando os fundamentos que justificaram a alteração jurisprudencial no caso e a impossibilidade de rescisão de coisa julgada calcada em mera modificação de orientação jurisprudencial.

## TEMA 1144

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1979989/RS e 1979998/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto - Repouso - Noturno - Configuração		
TESE FIRMADA				
<p><b>1.</b> Nos termos do § 1º do art. 155 do Código Penal, se o crime de furto é praticado durante o repouso noturno, a pena será aumentada de um terço.</p> <p><b>2.</b> O repouso noturno compreende o período em que a população se recolhe para descansar, devendo o julgador atentar-se às características do caso concreto.</p> <p><b>3.</b> A situação de repouso está configurada quando presente a condição de sossego/tranquilidade do período da noite, caso em que, em razão da diminuição ou precariedade de vigilância dos bens, ou, ainda, da menor capacidade de resistência da vítima, facilita-se a concretização do crime.</p> <p><b>4.</b> São irrelevantes os fatos das vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1979998/RS	29/04/2022	22/06/2022	30/06/2022	17/08/2022
1979989/RS	29/04/2022	22/06/2022	30/06/2022	01/09/2022
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1155

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1977135/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Detração - Recolhimento - Noturno - Fiscalização - Cômputo		
TESE FIRMADA				
<p><b>1)</b> O período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, por comprometer o status libertatis do acusado, deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem.</p> <p><b>2)</b> O monitoramento eletrônico associado, atribuição do Estado, não é condição indeclinável para a detração dos períodos de submissão a essas medidas cautelares, não se justificando distinção de tratamento ao investigado ao qual não é determinado e disponibilizado o aparelhamento.</p> <p><b>3)</b> As horas de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena. Se no cômputo total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1977135/SC	13/05/2022	23/11/2022	28/11/2022	21/09/2024
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1161

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1970217/MG e 1974104/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Livramento - Condicional - Falta - Grave - Comportamento - Limitação - Temporal		
TESE FIRMADA				
Definir se o requisito objetivo do livramento condicional consistente em não ter cometido falta grave nos últimos 12 meses (art. 83, III, "b", do CP, inserido pela Lei Anticrime) limita temporalmente a valoração do requisito subjetivo (bom comportamento durante a execução da pena, alínea "a" do referido inciso).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1970217/MG	01/09/2022	24/05/2023	01/06/2023	19/09/2023
1974104/RS	01/09/2022	24/05/2023	01/06/2023	28/03/2025
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1165

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1972187/SP, 1976210/RS, 1973105/SP, 1973589/SP e 1976197/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Progressão - Regime - Termo - Inicial			
TESE FIRMADA				
A decisão que defere a progressão de regime não tem natureza constitutiva, senão declaratória. O termo inicial para a progressão de regime deverá ser a data em que preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo descritos no art. 112 da Lei 7.210, de 11/07/1984 (Lei de Execução Penal), e não a data em que efetivamente foi deferida a progressão. Essa data deverá ser definida de forma casuística, fixando-se como termo inicial o momento em que preenchido o último requisito pendente, seja ele o objetivo ou o subjetivo. Se por último for preenchido o requisito subjetivo, independentemente da anterior implementação do requisito objetivo, será aquele (o subjetivo) o marco para fixação da data-base para efeito de nova progressão de regime.				
SITUAÇÃO				
Acórdão publicado e trânsito em julgado (REsp 1973105/SP e REsp 1973589/SP)				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1972187/SP	16/09/2022	14/08/2024	02/12/2024	-
1976210/RS	16/09/2022	14/08/2024	02/12/2024	-
1973105/SP	16/09/2022	14/08/2024	02/12/2024	13/02/2025
1973589/SP	16/09/2022	14/08/2024	02/12/2024	13/02/2025
1976197/RS	16/09/2022	14/08/2024	02/12/2024	-



**OBSERVAÇÕES**

**SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS**

HÁ DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS

## TEMA 1167

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1964293/MG e 1977547/MG		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Violência - Doméstica - Audiência - Preliminar		
TESE FIRMADA					
A audiência prevista no art. 16 da Lei 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz. Sua realização somente é necessária caso haja manifestação do desejo da vítima de se retratar trazida aos autos antes do recebimento da denúncia.					
SITUAÇÃO					
Mérito Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1964293/MG	05/10/2022	08/03/2023	29/03/2023	11/05/2023	
1977547/MG	05/10/2022	08/03/2023	29/03/2023	11/05/2023	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 1168

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1970216/SP, 1971049/SP e 1976855/MS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: ECA - Pornografia - Artigos 241-A e 241-B - Concurso - Material		
TESE FIRMADA				
Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1970216/SP	06/10/2022	03/08/2023	08/08/2023	20/09/2023
1971049/SP	06/10/2022	03/08/2023	08/08/2023	20/09/2023
1976855/MS	06/10/2022	03/08/2023	08/08/2023	31/10/2023
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1171

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1994182/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Simulacro - Arma - Pena - Restritiva - Possibilidade		
TESE FIRMADA				
A utilização de simulacro de arma configura a elementar grave ameaça do tipo penal do roubo, subsumindo à hipótese legal que veda a substituição da pena.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1994182/RJ	20/10/2022	11/12/2023	18/12/2023	04/03/2024
OBSERVAÇÕES				
-				

## TEMA 1172

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		2003716/RS		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Pena - Majoração - Reincidência - Específica		
TESE FIRMADA					
"A reincidência específica como único fundamento só justifica o agravamento da pena em fração mais gravosa que 1/6 em casos excepcionais e mediante detalhada fundamentação baseada em dados concretos do caso".					
SITUAÇÃO					
Trânsito em julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
2003716/RS	26/10/2022	25/10/2023	31/10/2023	13/12/2023	
OBSERVAÇÕES					

## TEMA 1186

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2015598/PA	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Gênero - Feminino - Aplicabilidade - Lei 11.340/2006 - ECA		
TESE FIRMADA				
1. A condição de gênero feminino é suficiente para atrair a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica e familiar, prevalecendo sobre a questão etária. 2. A Lei Maria da Penha prevalece quando suas disposições conflitarem com as de estatutos específicos, como o da Criança e do Adolescente.				
SITUAÇÃO				
Acórdão publicado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2015598/PA	24/04/2023	06/02/2025	13/02/2026	-
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1189

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2049327/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Vedação - Multa - Isolada - Artigo 17 da Lei 11.343/2006		
TESE FIRMADA				
A vedação constante do art. 17 da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) obsta a imposição, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de pena de multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2049327/RJ	26/04/2023	14/06/2023	16/06/2023	02/08/2023
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1196

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2012101/MG, 2012112/MG e 2016358/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Progressão - Hediondo - Morte - Reincidente - Lei 13.964/2019		
TESE FIRMADA				
É válida a aplicação retroativa do percentual de 50% (cinquenta por cento), para fins de progressão de regime, a condenado por crime hediondo, com resultado morte, que seja reincidente genérico, nos moldes da alteração legal promovida pela Lei n. 13.964/2019 no art. 112, inc. VI, alínea a, da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal), bem como a posterior concessão do livramento condicional, podendo ser formulado posteriormente com base no art. 83, inc. V, do Código Penal, o que não configura combinação de leis na aplicação retroativa de norma penal material mais benéfica				
SITUAÇÃO				
Acórdão Publicado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2012101/MG	03/05/2023	22/05/2024	27/05/2024	
2012112/MG	03/05/2023	22/05/2024	27/05/2024	
2016358/MG	03/05/2023	22/05/2024	27/05/2024	
OBSERVAÇÕES				



## TEMA 1197

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2027794/MS, 2026129/MS e 2029515/MS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Agravante - Abuso - Doméstica - Lei 11.340/06 - "Bis in idem"		
TESE FIRMADA				
A aplicação da agravante do art. 61, inc. II, alínea f, do Código Penal (CP), em conjunto com as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), não configura bis in idem".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2027794/MS	08/05/2023	12/06/2024	24/06/2024	02/09/2024
2027794/MS	08/05/2023	12/06/2024	24/06/2024	02/09/2024
2029515/MS	08/05/2023	12/06/2024	24/06/2024	02/08/2024
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1202

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2029482/RJ e 2050195/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Fração - Máxima - Artigo 71 do CP			
TESE FIRMADA				
"No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve 7 (sete) ou mais repetições"				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2029482/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
2050195/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1205

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2062375/AL e 2062095/AL	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto – Restituição – Imediata – Integral – Insignificância		
TESE FIRMADA				
"A restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2062375/AL	15/08/2023	25/10/2023	30/10/2023	12/12/2023
2062095/AL	15/08/2023	25/10/2023	30/10/2023	12/12/2023
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1206

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2048422/MG, 2048645/MG e 2048440/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Laudo - Toxicológico - Assinatura - Perito - Imprescindibilidade		
TESE FIRMADA				
"A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2048422/MG	23/08/2023	22/11/2023	27/11/2023	16/02/2024
2048645/MG	23/08/2023	22/11/2023	27/11/2023	16/02/2024
2048440/MG	23/08/2023	22/11/2023	27/11/2023	16/02/2024
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1208

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2049870/MG e 2055920/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Execução – Benefícios – Reincidência – Sentença		
TESE FIRMADA				
"A reincidência pode ser admitida pelo juízo das execuções penais para análise da concessão de benefícios, ainda que não reconhecida pelo juízo que prolatou a sentença condenatória".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2029482/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
2050195/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1214

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2058971/MG, 2058970/MG e 2058976/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Penas-base - Redução - Circunstância - Recurso - Defesa		
TESE FIRMADA				
É obrigatória a redução proporcional da pena-base quando o tribunal de segunda instância, em recurso exclusivo da defesa, afastar circunstância judicial negativa reconhecida na sentença. Todavia, não implicam reformatio in pejus a mera correção da classificação de um fato já valorado negativamente pela sentença para enquadrá-lo como outra circunstância judicial, nem o simples reforço de fundamentação para manter a valoração negativa de circunstância já reputada desfavorável na sentença.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2058971/MG	06/09/2023	28/08/2024	12/09/2024	24/10/2024
2058970/MG	06/09/2023	28/08/2024	12/09/2029	24/10/2024
2058976/MG	06/09/2023	28/08/2024	12/09/2029	24/10/2024
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HÁ DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1215

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2038833/MG, 2048768/DF e 2049969/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Crimes – Dignidade – Sexual – Bis in idem – Art. 61, II, f – Art. 226, II, CP		
TESE FIRMADA				
Nos crimes contra a dignidade sexual, não configura <i>bis in idem</i> a aplicação simultânea da agravante genérica do art. 61, II, "f", e da majorante específica do art. 226, II, ambos do Código Penal, salvo quando presente apenas a relação de autoridade do agente sobre a vítima, hipótese na qual deve ser aplicada tão somente a causa de aumento.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2038833/MG	22/09/2023	13/11/2024	18/11/2024	04/02/2025
2048768/DF	22/09/2023	13/11/2024	18/11/2024	04/02/2025
2049969/DF	22/09/2023	13/11/2024	18/11/2024	07/02/2025
OBSERVAÇÕES				

## TEMA 1218

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2083701/SP, 2091651/SP e 2091652/MS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Princípio – Insignificância – Descaminho – Reiteração – Tributo			
TESE FIRMADA				
A reiteração da conduta delitiva obsta a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho - independentemente do valor do tributo não recolhido -, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, se concluir que a medida é socialmente recomendável. A contumácia pode ser aferida a partir de procedimentos penais e fiscais pendentes de definitividade, sendo inaplicável o prazo previsto no art. 64, I, do CP, incumbindo ao julgador avaliar o lapso temporal transcorrido desde o último evento delituoso à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2083701/SP	20/10/2023	28/02/2024	05/03/2024	26/04/2024
2091651/SP	20/10/2023	28/02/2024	05/03/2024	26/04/2024
2091652/MS	20/10/2023	28/02/2024	05/03/2024	26/04/2024
OBSERVAÇÕES				



## TEMA 1219

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2082481/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Princípio – Fungibilidade – RSE – Apelação – Possibilidade – Requisitos		
TESE FIRMADA				
É adequada a aplicação do princípio da fungibilidade recursal aos casos em que, embora cabível recurso em sentido estrito, a parte impugna a decisão mediante apelação ou vice-versa, desde que observada a tempestividade e os demais pressupostos de admissibilidade do recurso cabível, na forma do art. 579, caput e parágrafo único, do Código de Processo Penal.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2082481/MG	20/10/2023	11/09/2024	13/09/2024	24/10/2024
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1249

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2070717/MG, 2070857/MG, 2070863/MG e 2071109/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Natureza – Medidas – Protetivas – Fixação – Prazo – Lei 11.340/2006			
TESE FIRMADA				
<p>I - As medidas protetivas de urgência (MPUs) têm natureza jurídica de tutela inibitória e sua vigência não se subordina à existência (atual ou vindoura) de boletim de ocorrência, inquérito policial, processo cível ou criminal. II - A duração das MPUs vincula-se à persistência da situação de risco à mulher, razão pela qual devem ser fixadas por prazo temporalmente indeterminado; III - Eventual reconhecimento de causa de extinção de punibilidade, arquivamento do inquérito policial ou absolvição do acusado não origina, necessariamente, a extinção da medida protetiva de urgência, máxime pela possibilidade de persistência da situação de risco ensejadora da concessão da medida. IV - Não se submetem a prazo obrigatório de revisão periódica, mas devem ser reavaliadas pelo magistrado, de ofício ou a pedido do interessado, quando constatado concretamente o esvaziamento da situação de risco. A revogação deve sempre ser precedida de contraditório, com as oitivas da vítima e do suposto agressor.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2070717/MG	26/04/2024	13/11/2024	25/03/2025	23/04/2025
2070857/MG	26/04/2024	13/11/2024	25/03/2025	23/04/2025
2070863/MG	26/04/2024	13/11/2024	25/03/2025	23/04/2025
2071109/MG	26/04/2024	13/11/2024	25/03/2025	07/05/2025

## **SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS**

HOUVE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS

## TEMA 1255

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2083968/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Falsa – Identidade – Crime – Formal – Resultado – Naturalístico		
TESE FIRMADA				
O delito de falsa identidade é crime formal, que se consuma quando o agente fornece, consciente e voluntariamente, dados inexatos sobre sua real identidade, e, portanto, independe da ocorrência de resultado naturalístico.				
SITUAÇÃO				
Mérito julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2083968/MG	10/05/2024	14/05/2025	-	-
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1259

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1994424/RS e 2000953/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Tráfico – Majorante – Arma – Consunção – Delito – Autônomo		
TESE FIRMADA				
A majorante do art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006 aplica-se quando há nexó finalístico entre o uso da arma e o tráfico de drogas, sendo a arma usada para garantir o sucesso da atividade criminosa, hipótese em que o crime de porte ou posse ilegal de arma é absorvido pelo tráfico. Do contrário, o delito previsto no Estatuto do Desarmamento é considerado crime autônomo, em concurso material com o tráfico de drogas.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1994424/RS	29/05/2024	27/11/2024	15/04/2025	13/05/2025
2000953/RS	29/05/2024	27/11/2024	15/04/2025	13/05/2025
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1274

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2119556/DF e 2109337/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Preso – Visitas – Regime – Aberto – Livramento – Condicional		
TESE FIRMADA				
O fato de o visitante cumprir pena privativa de liberdade em regime aberto ou em livramento condicional não impede por si só o direito à visita em estabelecimento prisional.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2119556/DF	20/08/2024	12/02/2025	20/02/2025	08/04/2025
2109337/DF	20/08/2024	12/02/2025	20/02/2025	08/04/2025
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1277

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2069773/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Prisão – Cômputo – Concessão – Indulto – Decreto 9.246/2017		
TESE FIRMADA				
É possível, conforme o artigo 42 do Código Penal, o cômputo do período de prisão provisória na análise dos requisitos para a concessão do indulto e da comutação previstos nos respectivos decretos.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2069773/MG	20/08/2024	06/02/2025	19/02/2025	08/04/2025
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				

## TEMA 1303

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2161548/BA	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: ANPP – Confissão – Inquérito – Policial – Ausência		
TESE FIRMADA				
A confissão pelo investigado na fase de inquérito policial não constitui exigência do art. 28-A do Código de Processo Penal para o cabimento de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), sendo inválida a negativa de formulação da respectiva proposta baseada em sua ausência. 2. A formalização da confissão para fins do ANPP pode se dar no momento da assinatura do acordo, perante o próprio órgão ministerial, após a ciência, avaliação e aceitação da proposta pelo beneficiado, devidamente assistido por defesa técnica, dado o caráter negocial do instituto.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2161548/BA	23/12/2024	12/03/2025	25/03/2025	07/05/2025
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				



## TEMA 1318

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recursos Especiais	2174008/AL e 2174028/AL	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Pena – Artigo 59 do CP – Culpabilidade – Premeditação – Valoração – Negativa		
TESE FIRMADA				
1. A premeditação autoriza a valoração negativa da circunstância da culpabilidade prevista no art. 59 do Código Penal, desde que não constitua elementar ou seja ínsita ao tipo penal nem seja pressuposto para a incidência de circunstância agravante ou qualificadora; 2. A exasperação da pena-base pela premeditação não é automática, reclamando fundamentação específica acerca da maior reprovabilidade da conduta no caso concreto.				
SITUAÇÃO				
Acórdão publicado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2174008/AL	31/03/2025	08/05/2025	13/05/2025	-
2174028/AL	31/03/2025	08/05/2025	13/05/2025	-
OBSERVAÇÕES				
SUSPENSÃO EM 1º E 2º GRAUS				
HOUE DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS				